

Habitação e trabalho no Porto da época do cerco: o Bairro de Santa Catarina

1. PROBLEMÁTICAS, OBJECTIVOS E LIMITAÇÕES DESTE TRABALHO

Entendendo por «geografia social» a indicação de padrões espaciais para «grupos sociais» (definidos em função de atributos de *status*, classe, etnicidade, religião, família e relações sociais), e estudando os movimentos populacionais que articulam tais padrões e os processos económicos, culturais e políticos responsáveis pelas suas configurações¹, este trabalho é aqui apresentado como uma aproximação a uma geografia social do Porto na década de 30 do século XIX.

Mantendo-nos a par das tendências mais recentes na geografia social, deveríamos enfatizar mais as pessoas do que os artefactos, bem como tentar entender os processos que, mesmo não sendo inerentemente espaciais, têm necessariamente implicações espaciais.

O âmbito deste artigo não atinge completamente tais metas, uma vez que o estudo dos processos e movimentos que se ligam aos padrões espaciais de determinados grupos sociais não foi perseguido sistematicamente. Por isso é este trabalho precisamente uma aproximação a uma geografia social, no sentido em que se interpretou o espaço residencial como justaposto ao espaço utilizado para actividades económicas e, paralelamente, se delineou uma identificação

* CEHCP/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

** Apoiado pelo Subprograma Ciência e Tecnologia do 2.º quadro comunitário de apoio.

¹ Richard Dennis, *English Industrial Cities of the Nineteenth Century. A Social Geography*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984, p. 1.

social de espaços urbanos e indivíduos por via do *status* económico e residencial. Trabalhou-se o espaço residencial em articulação com o campo profissional.

Por outro lado, a introdução de aspectos relativos a infra-estruturas urbanas básicas, como sejam o saneamento ou as águas potáveis, assegurou uma contextualização informativa que reforça a radiografia cidadina.

De alguma forma, o nosso trabalho enquadra-se em conjuntos de interrogações multidisciplinares, onde o estudo de tipos de *habitat* se faz, considerando-o simultaneamente o traçado de uma qualquer concepção de espaço e das categorias da população que lhe são destinadas, bem como a concepção de um modo de vida desses habitantes². Entendemos aqui, portanto, existir o início de uma certa «apropriação de espaço»³ nos meios urbanos por parte de grupos específicos de indivíduos, realidade que ocorreu nas cidades ocidentais, se bem que geralmente em épocas algo mais tardias do que aquela tratada aqui por nós.

Tendo tentado, nos parágrafos anteriores, enquadrar em termos de problemáticas gerais o estudo aqui apresentado, não sobre dúvidas quanto aos seus objectivos e limitações: visou-se uma aproximação inicial a uma geografia social urbana, a do centro do Porto do 1.º terço do século XIX. Tal aproximação é introduzida por uma visita à paisagem especificamente urbana da área: ruas, prédios, cérceas, características de funcionalidade das habitações ou prédios, etc.

No percurso dessa via de trabalho reuniram-se ainda dados sobre condições urbanas gerais dessa mesma geografia social (traçados urbanos, relevo e hidrografia, algumas das características das infra-estruturas da cidade na época), por uma questão de enquadramento e de ligação à apresentação original deste pequeno estudo em comunicação a um encontro sobre urbanismo e infra-estruturas urbanas⁴. Por vezes, as informações sobre estas últimas questões extravasam a área urbana delimitada por nós (o Bairro de Santa Catarina), por razões óbvias de que tal área é uma divisão administrativa artificial.

2. HABITAÇÃO E TRABALHO NO PORTO DA ÉPOCA DO CERCO

Entre os meses de Julho de 1832 e de 1833 a cidade do Porto, ocupada pelas tropas liberais de D. Pedro, viveu um atribulado assédio por parte das tropas miguelistas, situadas a norte, a leste e a sul da alcantorada cidade. Tal

² Um trabalho paradigmático desta posição interrogativa é a obra de Jean-Pierre Frey, *La ville industrielle et ses urbanités. La distinction ouvriers/employés. Le Creusot, 1870-1930*, Liège, Pierre Mardaga Éditeur, 1986.

³ Isto é, a ocupação, a transformação dos lugares e a assumpção de significações, através da localização dos objectos e de actividades específicas, ao modo de vida de cada habitante.

⁴ Tratou-se do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), realizado em Lisboa, 20-21 de Novembro de 1998.

período ficou conhecido pelo cerco do Porto (cf. mapa n.º 1, *Planta da cidade e seus arredores, com localização das fortificações liberais e miguelistas durante o cerco do Porto*, Porto, AHMP, ed. da CMP, 1982).

O aboletamento das tropas na cidade foi preocupação essencial dos liberais desde o primeiro momento e daí resultou a realização de um autêntico recenseamento a toda a cidade do Porto, dividida, entretanto, em três bairros — Santa Catarina, Cedofeita e Santo Ovídio⁵ —, tendo esse trabalho por objectivo saber-se das condições das casas para fins de aboletamento⁶.

Nessa documentação recolheram-se e ordenaram-se dados relativos à arteria urbana percorrida, ao número da casa e cêrcea da mesma, à existência (ou não) de cavaliçadas, ao cabeça-de-casal de cada fogo e à sua ocupação, fizeram-se observações gerais sobre as condições de vida ou estado da casa («arruinada» ou «pobreza», por exemplo) e, finalmente, classificaram-se as casas segundo as suas condições para receberem as diversas patentes militares: 1.ª classe, para os oficiais gerais; 2.ª classe, para os comandantes de corpos; 3.ª classe, para os oficiais subalternos; 4.ª classe, para os sargentos e soldados⁷.

Uma característica interessante nas informações fornecidas por tal recenseamento é o facto de, em termos taxonómicos, serem fornecidos dados não só de matriz de organização urbana («casa térrea» ou «ilha», por exemplo), como de matriz funcional («loja», «armazém», etc.) da construção. A situação sócio-económica também não é esquecida: há referências a «pobres», «casa palçada», etc. São de tal forma ricas e específicas tais distinções que optámos por manter essencialmente a taxonomia original, produzida pela fonte central analisada. A passagem para taxonomias sociais mais exploradas será um eventual passo futuro.

O interesse urbanístico e sócio-económico deste tipo de fonte, entretanto utilizada juntamente com outros elementos documentais, permitiu um tipo de estudo onde se intercrusassem elementos da sociedade e vida económica da urbe portuense com elementos de cariz urbano e funcional frequentemente pouco disponíveis.

⁵ Divisão efectuada por D. Pedro, «para efeitos da administração da justiça criminal e segurança pública» em decreto de 4 de Dezembro de 1832, in «Appendice à 2.ª série de legislação. Anno de 1832. Dec. (4. Dez.) 1832, determinando a divisão da cidade do Porto», in *Collecção de Leis. 1829 até Ag. 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 255-258.

⁶ *Livros de recenseamento dos Bairros de Cedofeita* [Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), cota 2038], *Santa Catarina* (AHMP, cota 2037) e *Santo Ovídio* (AHMP, cota 2039) para aboletamento de oficiais.

⁷ No *recenseamento do Bairro de Cedofeita* surge uma 5.ª classe e alteram-se levemente as indicações: 1.ª classe, para oficiais gerais; 2.ª classe, para comandantes de corpos; 3.ª classe, para oficiais subalternos; 4.ª classe, para oficiais inferiores; 5.ª classe, para soldados. O *recenseamento do Bairro de Santo Ovídio* mantém a divisão do *recenseamento do Bairro de Santa Catarina*.

[MAPA N.º 1]



E
N + S
W

Planta da cidade do Porto e arredores, com localização das fortificações liberais e miguelistas durante o cerco do Porto, Porto, AHMP, ed. CMP, 1982

514 Por razões de ordem prática, restringiu-se o estudo a um dos três bairros, ao mais central deles, o Bairro de Santa Catarina (cf. mapa n.º 2), sendo

muitos dos elementos avançados neste artigo fruto de um trabalho de maiores dimensões. Este bairro abrangia o coração da cidade — o monte da Sé, que, com as suas artérias medievais, pulsava como coração económico, prolongando-se para leste (Rua de Santo António, Praça da Batalha, São Lázaro, Fontainhas...) e cobrindo a zona limítrofe a Campanhã. Colheríamos, assim, uma radiografia tanto do centro citadino, forçosamente coberto de casas e com uma «rede apertada de ruas e vielas [...] [onde se empilha] o formigueiro popular», como das zonas mais ruralizadas e limítrofes da cidade, com características urbanas e económicas provavelmente diferentes.

O cerne do nosso trabalho refere-se, assim, a um universo de cerca de 2600 prédios referenciados, com 1906 cabeças-de-casal anotados, em cerca de 100 artérias, cobrindo de facto cerca de um terço do espaço urbano portuense em 1832-1833.

[MAPA N.º 2]



Os Bairros de Santa Catarina (mancha escura, à direita, na planta), de Santo Ovídio (mancha clara, ao centro, na planta) e de Cedofeita (mancha de tom intermédio, à esquerda, na planta)

3. O BAIRRO DE SANTA CATARINA NA CIDADE DO PORTO: ENQUADRAMENTOS DEMOGRÁFICO, DE TRAÇADO URBANO E DE INFRA-ESTRUTURAS

No momento em que nos debruçamos sobre o Porto encontramos uma cidade que, com as suas 9 freguesias (Sé, Santo Ildefonso, Vitória, São Nicolau, Miragaia, Cedofeita, Massarelos, Foz e Lordelo), ronda os 50 000 habitantes. Esta cidade parece estar em crescimento demográfico relativamente acelerado, já que apenas cinco anos depois, em 1838, o arredondamento paroquial aponta os 59 370 habitantes, também para 9 freguesias, embora não as mesmas: desta vez contabilizou-se a população (fogos e almas) das freguesias da Sé, Santo Ildefonso, Vitória, São Nicolau, Miragaia, Cedofeita, Massarelos, Bonfim e Campanhã. Excluíram-se, portanto, desta contagem as freguesias da Foz e de Lordelo do Ouro, mas integraram-se as do Bonfim e de Campanhã, desmembramento e prolongamento da grande área que a freguesia de Santo Ildefonso era. Exclusão por exclusão, notemos que se trocam duas freguesias limítrofes por outras duas freguesias também limítrofes; portanto, o núcleo duro da cidade não deixou de estar contemplado nesta contagem.

Desde a segunda metade do século XVIII que o Porto sofria importantes alterações de ordem urbanística, que buscavam ordenar e regular as descontinuidades de uma cidade dividida entre uma zona ribeirinha e uma zona mais alta, uma zona intramuros e uma zona extramuros, uma cidade com necessidades fortes de vias de comunicação com o seu *hinterland*. Por exemplo, a ligação nevrálgica da cidade com o sul do rio Douro fazia-se através de uma ponte de barcas que não poucas vezes apresentava problemas — no entanto, só em 1841-1843, com a construção da ponte pênsil, seria esta questão obviada. Fundar novos centros cívicos, organizar mercados públicos, abrir artérias de comunicação e viação, eram objectivos a serem atingidos. Urgia ainda dotar esta cidade de edifícios públicos e religiosos que pudessem atestar a sua importância intrínseca de grande urbe do Norte do país. A obra dos Almadás, concomitada pela da Junta das Obras Públicas (com rendimentos próprios assegurados) e da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com sede no Porto, foram elementos fulcrais na urbanização do Porto setecentista finissecular. No 1.º quartel do século XIX assistiu-se essencialmente a obras de rectificação e regularização das vias de circulação e comunicação.

Nesta cidade em renovação demográfica e urbana, as questões de infra-estruturas de abastecimento de águas e de saneamento eram resolvidas pontual e algo caoticamente, atestando a incapacidade municipal de projectar e/ou controlar tais problemas: «A história da sanidade urbana do século XIX é certamente a da relação entre possibilidades técnicas e responsáveis públicos⁸.»

⁸ Robert Woods, «La santé publique en milieu urbain», in *Annales de démographie historique*, 1989. *Le déclin de la mortalité*, Paris, Éditions EHESS, p. 192.

O RELEVO E HIDROGRAFIA PORTUENSES

A fim de melhor compreendermos as características dos problemas com que a cidade viria a debater-se é necessário atender ao relevo acidentado e à hidrografia rica do Porto. No que toca ao Porto intramuros, a parte mais antiga da urbe, situava-se esta sobre dois montes imediatos ao rio Douro, o monte da Sé e o monte da Vitória. Entre estes montes corria, a céu aberto, o rio da Vila, de razoável caudal, que, segundo Agostinho Rebelo da Costa, «servia (este rio) para levar as imundícies da cidade»⁹. Do lado externo e ocidental do monte da Vitória e já fora dos muros da povoação de Miragaia corria o rio Frio, de caudal insignificante. O rio da Vila viria a ser parcialmente encanado aquando da construção da Rua de São João Novo (1763), que ligou a Praça da Ribeira ao Largo de São Domingos (isto é, a zona baixa da cidade a uma das plataformas da zona alta) e que assentou em arcos feitos sobre tal rio. O encanamento total deste curso de água ocorreria na década de 1870, aquando da abertura da Rua Mouzinho da Silveira.

O Porto do século XIX assentava ainda sobre um certo número de elevações e de vales, nos quais corriam rios, ribeiras e riachos que abasteciam a cidade de águas para fins domésticos e que serviam de escoamento das sujidades¹⁰. A cidade estava ladeada de dois importantes vales, o de Campanhã, no lado nascente, por onde corria o rio Tinto, e o vale de Lordelo, no lado ocidental, que era atravessado pela ribeira de Lordelo (ribeira das Ratas, ribeira da Maiorca, ribeira de Nossa Senhora da Ajuda), cuja origem se situava em Paranhos (do lado da vertente norte do monte Pedral) e que desembocava no rio Douro, próximo da Rua do Ouro¹¹.

⁹ Agostinho Rebelo da Costa, *Descrição topographica e historica da cidade do Porto...*, Porto, Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789.

¹⁰ Cf., a este propósito, por exemplo, J. M. Pereira de Oliveira, *O espaço urbano do Porto...*, ou A. J. Ferreira da Silva, *As águas dos poços do Porto*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895.

¹¹ Entre estes dois vales encontra-se uma série de outros, que, enumerados no sentido de nascente a poente, são:

- O vale do Bonfim (entre o norte do Bonfim e os Congregados), atravessado pelo riacho que passava pelo Poço das Patas (actual Campo 24 de Agosto) e terminava no extremo da Rua Gomes Freire;
- O vale da Sé (entre o monte da Sé ou da Batalha e o monte da Vitória, ou de Cedofeita), por onde corria o rio da Vila;
- O vale de Miragaia, ou das Virtudes (que passa entre o morro da Vitória e o da Torre da Marca e desemboca em Miragaia, junto à Alfândega);
- O vale de Massarelos (situado na vertente oriental da Torre da Marca e na vertente ocidental da Arrábida), percorrido na sua parte terminal pelo rio de Vilar (ou Ribeirinho);
- O vale de Lordelo, já mencionado (entre os morros de Lordelo e de Santa Catarina e o monte da Pasteleira), atravessado pela ribeira de Lordelo.

Temos, portanto, uma cidade circunscrita entre dois grandes vales, a leste e a oeste, e semeada de vales e pequenos montes, aproveitados, como desde sempre acontece nos núcleos urbanos, para uso doméstico e artesanal e escoamento de águas e resíduos. O Bairro de Santa Catarina abrangia, no conjunto acima mencionado de montes e vales, o central monte da Sé e o vale de Campanhã.

O ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Para além desta aproximação hidrográfica inicial, o Porto tinha alguns mananciais de razoável importância que abasteciam um sem-número de fontes e chafarizes. Estas abundavam, bem como os poços — não havia quintal de dimensão razoável que não ostentasse o seu poço, mas a qualidade das águas era má¹².

A melhor e mais pura água era precisamente a dos mananciais, que existiam tanto no âmbito citadino como nos arrabaldes¹³. O manancial mais importante seria, sem dúvida, o de Paranhos, ou da Arca de Água ou ainda da Arca das Três Fontes, tanto pela quantidade como pela pureza das suas águas. Situado a noroeste na cidade, este ponto de água era referência fundamental do Porto oitocentista. Depois, surgiam, no sentido norte-sul, os mananciais de Salgueiros, do Campo Grande, da Póvoa de Cima, da Cavaca, das Fontainhas, das Virtudes, da Aguardente e de Malmeajudas (localizado na zona dos Guindais, isto é, na encosta central-sul da cidade, bem dentro do Bairro de Santa Catarina) e ainda numerosas nascentes individuais que abasteciam apenas as suas próprias fontes.

De uma dezena de mananciais se abastecia o Porto de água potável, sendo em número de 60 as fontes e chafarizes espalhados um pouco por toda

A estes vales e ribeiras principais reuniam-se outros, secundários: o vale e ribeira da Lomba, que começava no Bonfim e corria entre a Formiga e o monte do Pinheiro; o vale de Vila Meã, que partia da Praça das Flores e se reunia ao precedente; um vale um pouco mais extenso que partia dos Salgueiros e vinha reunir-se ao de Vila Meã, percorrido por um regato; dois vales secundários ao vale da Sé, situado um entre os montes dos Congregados e o monte da Fontinha — vale de Fradelos, e o outro entre a vertente ocidental da Fontinha e a vertente oriental do monte da Lapa — vale de Germalde; várias ramificações do vale de Massarelos, partindo em diferentes direcções.

¹² Já Agostinho Rebelo da Costa escrevia em 1789: «É copiosíssimo o número das fontes, chafarizes e poços de água nativa e pura que servem de uso e regalo a todas as famílias. Os poços excedem o número de 2000», in *Descrição topographica e historica da cidade do Porto...*

¹³ Cf. Horácio Marçal, *O abastecimento de água à cidade do Porto e à vila de Matosinhos*, Matosinhos, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, n.º 15, 1968, pp. 12 a 22.

a cidade e enumerados na *Descrição Historica das Arcas, Fontes e Aquedutos da cidade do Porto*, datada de 1836¹⁴. Embora tal enumeração seja cuidadosa, não indica o sítio exacto da fonte ou chafariz (a norte de..., a sul de..., na esquina de..., etc.), o que nos impossibilitou de, na prática, cartografarmos devidamente estes dados¹⁵.

Basta-nos, por agora, confirmar que o Porto oitocentista, e muito particularmente, o centro da cidade, estava bem suprido, a nível da quantidade disponível de água, potável ou não.

O SANEAMENTO URBANO

A questão do saneamento urbano era muito mais delicada e foi-se resolvendo basicamente à custa do comprometimento dos particulares na prossecução da melhoria das condições sanitárias da cidade, já que o município não tinha claramente capacidade de, por si só, intervir de forma eficaz. Os esgotos quase não existiam no Porto oitocentista, valendo-se a cidade da sua disposição topográfica em anfiteatro e sobre o rio Douro para suprir, em parte, essa insuficiência. Parece ter sido o núcleo velho da cidade, área do nosso estudo, a zona onde mais cedo se iniciaram as primeiras intervenções.

¹⁴ *Descrição Historica das Arcas, Fontes e Aquedutos da cidade do Porto* (1836), Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), cota 2430.

Aí se menciona a existência de três aquedutos — o de Paranhos, o de Salgueiros e o que iria do Campo Grande até ao chafariz de São Sebastião.

O *mapa geral das fontes e chafarizes da cidade*, inserto em tal documento, apresenta o seguinte rol: chafarizes das Águas Férreas, da Arca de Água, d'Área (nos Guindais), da Bica Velha, das Bicas, da Biquinha, do Bom Sucesso, do Campo Grande, do Campo dos Ingleses, do Campo Pequeno, do Campo de São Lázaro, do Campo de Santo Ovídio, do Cano de Agoa, do Carvalhido, do Carvalhinho, da Carvalhosa, da Colher, da Fábrica do Tabaco, das Fontainhas, da Fontinha, de Fradelos, dos Guindais, do Jardim de São Lázaro, da Lapa, de Malmeajudas, das Mijas Velhas, da Misericórdia, da Neta, dos Paços do Concelho, da Porta de Carros, da Praça da Batalha, da Praça de D. Pedro, da Praça do Olival, da Praça da Ribeira, da Praça de São Domingos, da Praça de Santa Teresa, do Ribeirinho, do rio da Vila, da Rua do Almada, da Rua Armenia, da Rua dos Banhos, da Rua da Boa Vista, da Rua do Bolhão, da Rua das Cangostas, da Rua do Carregal, da Rua de Cedofeita, da Rua Cham, da Rua dos Fogueiteiros, da Rua do Laranjal, da Rua das Oliveiras, da Rua de Santa Catarina (2 chafarizes), da Rua de São João Novo, da Rua das Taipas, de São Pedro de Miragaia, de São Roque, de São Sebastião, do Souto, de Vila Parda, das Virtudes.

¹⁵ Só na década de 1860 será avançado um projecto de abastecimento de água potável da cidade por captação das águas (mais puras) do rio Sousa, mas será abandonado por falta de capitais. Será na década de 1880 que tal projecto será retomado e prosseguido, comprovada que seria a pureza de tais águas, face à das fontes da cidade do Porto (cf., por exemplo, *As águas do rio Souza e os mananciaes e fontes da cidade do Porto. Relatório dos estudos que, a convite da Exma. Câmara Municipal da Mesma Cidade, foram feitos por A. J. Ferreira da Silva*, Porto, Typographia Occidental, 1881).

O primeiro aqueduto de despejo data de 1763, aquando do encanamento do rio da Vila, na zona por onde viria a passar a Rua de São João Novo. A partir de inícios do século XIX, estes aquedutos vão-se multiplicando conjuntamente com uma série de regulamentações que obrigavam os moradores a construírem canalizações ligadas àqueles: em 1835, por exemplo, a Câmara Municipal intimava os moradores da Rua de Trás cujas habitações fossem próximas do aqueduto a realizarem os seus despejos por condutas próprias ligadas à conduta geral¹⁶. Em 1836, na Viela dos Três Reis Magos (ligando a Rua de D. Pedro à Rua de Lavadouros), foi construída uma nova conduta de despejos com o fim de receber os dejectos da Rua de D. Pedro e de os conduzir ao aqueduto da Rua de Lavadouros¹⁷. Em 1838 finalizou-se a construção de condutas gerais nas Ruas de Trás e de Lavadouros, para onde os moradores deveriam passar a conduzir as águas sujas, por intermédio de canalizações particulares¹⁸.

O Código de Posturas Municipais de 1839 proibia a existência de canalizações que lançassem os despejos das casas para as ruas, sob pena de multa, e obrigava a que estes despejos fossem tapados à custa dos proprietários. Postulava ainda que «nas ruas onde não houverem aqueductos publicos, devem os proprietários profundar as bacias das latrinas, e aonde os houverem, devem construir canos parciaes que dirijam os despejos a esses aqueductos, ficando sujeitos à pena de 2\$400 reis»¹⁹.

Na década de 1840 prossegue este tipo de medidas, sempre contando com a intervenção directa dos particulares na resolução mais ou menos imediata dos problemas de esgotos²⁰.

O Bairro de Santa Catarina estava assim, tal como o resto da cidade, servido basicamente pela vontade dos particulares no tocante aos despejos e saneamento. Realidade consentânea com a visão da época deste tipo de problemas no país²¹.

¹⁶ *Livro das Actas das Vereações*, 107, fl. 90 vº., AHMP.

¹⁷ *Ibid.*, fl. 166, AHMP.

¹⁸ *Livro de Próprias*, 49, fl. 466, AHMP.

¹⁹ *Ibid.*, 50, AHMP.

²⁰ Cf. José João Maduro Maia, *Flutuações e Declínio da Mortalidade na Cidade do Porto (1870-1902). Ensaio de Demografia Histórica*, Amadora, Lusolivro, 1994, pp. 28-31.

²¹ Ainda em Fevereiro de 1858, por exemplo, estudava o Ministério do Reino uma proposta de lei, relativa «à limpeza geral da cidade de Lisboa», obrigando os proprietários de prédios urbanos e os inquilinos dos mesmos a ter constantemente desobstruídos os canos de despejo, a colocar siões nas habitações/prédios, etc. Isto porque se reconhecia que «a legislação actual não autoriza, nem consente, nem à Câmara Municipal, nem aos magistrados administrativos que exerçam dentro das habitações particulares a vigilância e acção policial directas e necessárias para assegurar a limpeza geral e a eficaz desobstrução de todos os canos de despejo» [maço 2431, Ministério do Reino (MR), 1.ª Direcção/2.ª Repartição, ANTT].

4. HABITAÇÃO E QUALIDADE FÍSICA E SOCIAL DO ESPAÇO

É sabido que, sendo o século XIX uma época de acelerado crescimento urbano, este irá, no entanto, afectar de forma diversa as várias zonas da cidade. Paralelamente a um alastramento da rede urbana no espaço, os centros históricos manterão, regra geral, as estruturas urbanas antigas e as marcas do passado²², enquanto as áreas limítrofes ir-se-ão cobrindo de casario, pontuando as hortas, prados e pomares.

Uma descrição de Lisboa feita em 1835 — contemporânea, portanto, do nosso estudo — menciona tal coexistência do moderno com o arcaico: «[...] l'intérieur de la ville [...] Il faut néanmoins distinguer la partie vieille, celle qui a échappé au fameux tremblement de terre de 1755, où les rues étroites, tortueuses, sales, obscures, sont caissés entre des maisons mesquines, hautes de cinq à six étages, et la partie neuve qui contraste avec la première par la largeur de la voie publique, les dimensions mieux entendues des maisons, et où l'on trouve un certain nombre de rues bien alignées et garnies de trottoirs²³.»

Também é certo que ocorrerão por vezes mudanças destes centros urbanos por meio da sua remodelação ou mesmo mutação radical²⁴, mas o caso português enquadra-se na primeira hipótese avançada. Exactamente um século após a data abordada no nosso trabalho apontam os delegados de saúde Azeredo Antas e Manuel Monterroso, num estudo efectuado sobre a salubridade habitacional do Porto, que «não é só nas ilhas, de que tanto se fala [...] que a habitação é péssima e insalubre. Se tantas, no seu maior número, não têm remédio que não seja a sua pronta demolição, esta é para elas relativamente fácil, ainda assim, em comparação com os grandes e importantes agrupamentos que constituem a parte antiga e velha da cidade (Barredo, Sé, São Nicolau, Miragaia, Massarelos, etc), onde a maioria das casas, de vários andares, forma habitações colectivas, de tam grandes inconvenientes, em ruelas estreitas, tortuosas, de recantos e mau lajedo, onde o lixo se acumula e as águas encharcam, quasi sem luz natural, mesmo em pleno dia, com o pior ar, inquinado por emanações de vária natureza: paredes esburacadas, húmidas e salitradas, algumas em tabiques desconjuntados e apodrecidos, bem como as escadas, janelas sem resguardos, ausência de chaminés, horríveis canalizações e péssimos depósitos para dejectos e imundícies, etc. —

²² J.-P. Poussou, *La croissance des villes au XIX^e siècle. France, Royaume-Uni, États-Unis et Pays Germaniques*, Paris, Sedes, 2.^a ed., 1992, pp. 331-332.

²³ In *Magazin universel* (Fevereiro de 1835), cit. in Magda Pinheiro, *Luís Mousinho de Albuquerque. Um Intelectual na Revolução*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992, p. 18.

²⁴ J.-P. Poussou, *La croissance des villes...*, p. 332.

tudo em condições tais que as colocam fora de toda a tolerância da mais rudimentar e antiquada higiene e onde se torna impossível qualquer melhoramento ou correcção sequer; e no entanto, uma multidão ali se definha e como que apodrece²⁵!»

O recenseamento de 1832-33 apresenta-nos já um bairro citadino onde predomina a fraca qualidade habitacional (40% das habitações são indicadas como sendo de 4.^a classe)²⁶, factor que não é para admirar, se nos lembrarmos de que a regra habitacional das cidades europeias oitocentistas é a do *habitat* de má qualidade, que sempre representou uma parte importante do alojamento urbano — mesmo quando não deixou de regredir²⁷.

A esta fraca qualidade habitacional predominante associa-se a imagem de um centro citadino e seu prolongamento de construção baixa (54% de habitações com um só piso), onde ainda se notam construções de dois ou três pisos (respectivamente, 22% e 11% das habitações recenseadas), mas onde a construção em altura é residual — 3% das habitações registam quatro andares, sendo os casos de prédios com cinco, seis ou sete pisos perfeitamente pontuais²⁸.

Este dado é consonante com informações recolhidas sobre as cidades europeias para a mesma época, que manterão globalmente o seu parque imobiliário pouco elevado e herdado de épocas anteriores: são geralmente cidades baixas, de dois ou três andares no máximo, e onde a construção em altura é rara. Paris é uma excepção a esta situação, já que a construção parisiense da segunda metade do século XVIII abrangia os quatro e cinco andares com certa frequência. Em muitos casos, só o rés-do-chão destas habitações era construído em pedra, com os andares superiores feitos em madeira²⁹, sendo tal solução, provavelmente, também adoptada no Porto, a ter em conta ainda as soluções adoptadas hoje em dia nas varandas de madeira em fachadas lisas que certos conjuntos de casas da Ribeira apresentam³⁰. A construção com tijolos é também apanágio da evolução urbana oitocentista³¹ e seria decerto utilizada em solo português.

²⁵ *A salubridade habitacional no Porto (1929-1933)*, por Azeredo Antas e Manuel Monterroso, *Delegados de Saúde*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 50.

²⁶ Contra 24% de habitações de 3.^a classe, 5% de habitações de 2.^a classe, 1% de habitações de 1.^a classe e 30% de habitações sem indicação de classe.

²⁷ J.-P. Poussou, *La croissance des villes...*, p. 335.

²⁸ Registam-se 11 casos de habitações com cinco andares, 0 casos de prédios com seis andares, 1 caso de prédio com sete andares.

²⁹ J.-P. Poussou, *La croissance des villes...*, p. 333.

³⁰ Cf., por exemplo, o conjunto de casas da Rua da Reboleira desenhadas por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Casas do Porto*, Porto, separata de *Douro Litoral*, 8.^a série, VII-VIII, 1958, p. 27 (reed. na colectânea *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992).

³¹ J.-P. Poussou, *La croissance des villes...*, p. 335.

De qualquer forma, esta informação pode espantar quem conhece a velha Ribeira portuense, com as suas ruas estreitas e casas altas. Tais prédios datam, efectivamente, de épocas tão longínquas como a que aqui estudamos, mas, se a impressão geral é a do desenvolvimento da construção em solução vertical, certo é que o comum na cidade oitocentista parece ter sido a construção térrea (solução horizontal), eventualmente com acréscimos (sobrados, águas-furtadas, etc.) — aproveitando, aliás, o relevo acidentado da cidade, que facilitava os desnivelamentos entre frente e traseiras dos prédios³².

O cruzamento de dados entre qualidade das habitações e altura dos prédios no Bairro de Santa Catarina mostrou alguns padrões. Os prédios de um só piso assumem, paradoxalmente, a predominância de habitações de melhor qualidade (63% dos casos de 1.^a classe referem-se a prédios de um só piso, referidos frequentemente como «casas palçadas»), bem como de pior qualidade — as «lojas» ou casas de um só piso são essencialmente de fraca qualidade habitacional, respectivamente em 43% dos casos de «lojas» e 31% dos prédios de um só piso.

Quem faz comércio num pavimento térreo (caso dos taberneiros, merceiros e lojistas) é, regra geral, geralmente menosprezado: «Para a economia do prestígio e da distinção, é um péssimo sinal viver-se num plano tão baixo³³.» O rés-do-chão moderno herdará algo da desqualificação inerente aos pisos térreos, aliás.

Os prédios de dois e três pisos são, regra geral, de 2.^a classe, já que a 3.^a classe ainda é predominante nos prédios de um só piso³⁴.

A dualidade casa baixa e urbana pobre/casa baixa e urbana rica, nobre, não será, de forma alguma, peculiar e privativa do Porto: «[...] o palácio — é a casa nobre, própria originariamente duma classe poderosa e terratenente, para quem a largueza de espaço é afirmação de prestígio e domínio, que transferiu para a cidade o conceito de casa senhorial do campo e fez da sua

³² Estas características da cidade portuense são estruturais na construção citadina, sendo que estudos efectuados neste espaço, mesmo que para outras épocas, também as mencionam: «[...] nos inícios do século XVII, na nossa cidade não abundavam as casas de grande altura: nenhuma atingia os 4 andares e apenas cinco dispunham de 3 sobrados [...] pensamos que o tipo de casa mais vulgar dentro da cidade seria então a casa sobradada de um sobrado, erguida sobre uma loja e/ou sobreloja», aproveitando o relevo acidentado do terreno, como aponta Francisco Ribeiro da Silva in Luís A. de Oliveira Ramos (dir. de), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, 1995, pp. 269-273.

³³ Nuno Madureira, *Cidade: Espaço e Quotidiano. Lisboa, 1740-1830*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 46.

³⁴ A 2.^a classe distribui-se quase uniformemente pelos prédios de três (24%), dois (29%) ou um piso (28%), enquanto a 3.^a classe se concentra nos prédios de um (37%) e de dois (30%) pisos.

Quanto aos prédios mais altos do Bairro de Santa Catarina, temos três casos de prédios de três andares classificados como habitações de 1.^a classe, cinco casos de prédios de cinco

residência uma espécie de solar urbano à beira rua [...] O palácio, na sua estrutura geral, é uma forma comum europeia [...]»³⁵.

Por outro lado, também os prédios de dois e três pisos — «a casa estreita e alta» — estão conotados com o «estrato popular e burguês da população, dos artífices e dos comerciantes [...] em muitos países europeus [...]»³⁶. «A casa estreita e alta, que na sua forma e sentido originários constitui um tipo híbrido funcional de residência urbana e estabelecimento comercial ao mesmo tempo [...]»³⁷, será, como à frente veremos, típica dos negociantes portuenses, que preferiam algumas artérias específicas para a sua residência, como era o caso da Rua das Flores, por exemplo.

Procurar diferenças sócio-económicas evidentes na habitação portuense dos anos 30 por zonas da cidade foi tarefa insatisfatória, à primeira aproximação. O Bairro de Santa Catarina apresenta artérias onde se complementam, paredes-meias, prédios de fraca qualidade habitacional com prédios de boa qualidade habitacional.

A fraca qualidade habitacional era predominante³⁸, como já acima foi apontado, mas encontrava-se espalhada por toda a área urbana observada. Distinguiam-se, apesar de tudo, algumas artérias, em torno do Paço da Sé (o burgo velho e nobre), onde a 1.^a ou 2.^a classes habitacionais eram mais frequentes³⁹, mas a cidade dos anos 30 não parece ainda ter sido tocada pelas grandes diferenças sócio-económicas que a industrialização costuma trazer.

Uma análise mais fina dos dados permitiu, mesmo assim, distinguir algumas áreas onde a implantação de sinais de pobreza é mais evidente. O Bairro de Santa Catarina apresenta 37 «ilhas»⁴⁰, concentrando-se estas a leste, na zona circundante às Fontainhas (Ruas de São Vítor, de Wellesley e Praça da Alegria⁴¹), e a norte da mesma (Rua Bela da Princesa⁴²) (cf. quadro n.º 1, anexos, e mapa n.º 3). Sendo estas zonas áreas de implantação industrial, não

andares classificados como habitações de 2.^a classe, seis casos de prédios de cinco andares classificados como habitações de 3.^a classe e um caso de um prédio de sete andares classificado também como de 3.^a classe, sendo cinco os prédios de cinco andares classificados como de 4.^a classe.

³⁵ Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Casas do Porto...*, p. 4.

³⁶ Id., *ibid.*,

³⁷ Id., *ibid.*, p. 3.

³⁸ 61 das 99 artérias que compunham o Bairro de Santa Catarina (ou seja, 62% dos casos) registam predominantemente habitações de 4.^a classe.

³⁹ Como a Rua de Trás da Sé (35% das habitações são de 2.^a classe), ou o Largo do Paço, com indicações de 1.^a classe.

⁴⁰ Sendo que o conjunto dos três bairros recenseados em 1832-1833 regista cerca de 200 ilhas.

⁴¹ Respectivamente, agregam 35%, 11% e 11% do total de ilhas recenseadas.

⁴² Agregando 14% do total de ilhas registado. Actual Rua de Santa Catarina.

é de estranhar a existência deste tipo de *habitat* pobre e revelador da pressão no alojamento urbano. Ainda é para estas zonas que se indica com mais frequência a existência de «pardieiros».

[MAPA N.º 3]



Artérias onde se concentram as «ilhas»

Indicam-se situações de «pobreza», por ordem decrescente, no Barredo e Rua da Lada⁴³ (zona da Ribeira), na Corticeira e na Rua dos Mercadores, também na zona da Ribeira, nas Ruas do Miradouro e do Sol (zona das Fontainhas), nas Ruas de São Lázaro e do Alecrim e na Praça de São Lázaro (zona de São Lázaro, a norte das Fontainhas)⁴⁴. A análise da proporção de

⁴³ Apresentando, respectivamente, 10% e 10% do total de menções de pobreza no Bairro de Santa Catarina.

⁴⁴ Apresentando, em cada caso, 5% do total de registos de pobreza.

registos de pobreza por artéria traz basicamente a confirmação do que já foi avançado: o Barredo e São Francisco de Borja apresentam entre 40% e 50% de construções *pobres* no total dos prédios registados nessas artérias. As Escadas do Barredo, a Travessa das Malmerendas e a Corticeira apresentam entre 20% e 39% de construções qualificadas do mesmo modo.

Portanto, encontram-se mais facilmente artérias com grandes proporções de registos de *pobreza* na zona da Ribeira portuense e, muito especialmente, na zona ribeirinha.

Seguem-se-lhe as zonas das Fontainhas (entre 10% e 19% de *pobres* em cada artéria, como sejam os casos da Rua do Miradouro, do Passeio das Fontainhas, etc.) e de São Lázaro, rondando os 5% a 9% de registos de *pobreza*, como sejam o caso da Rua de Sacais, da Praça de São Lázaro, etc.

[MAPA N.º 4]



Conseguimos detectar a existência de algumas «fábricas», no Bairro de Santa Catarina⁴⁵. Destaca-se, antes de mais, a situação geográfica claramente periférica ao centro da cidade (isto é, ao monte da Sé). Tais estabelecimentos situavam-se no casco da cidade, sendo as Ruas do Bonfim e do Reimão a leste, e as Ruas de Santa Catarina, Bela da Princesa e da Oliveirinha a nordeste, no bairro; os locais escolhidos. O centro seria ocupado, como verificaremos, pelo comércio e pelas oficinas. As produções destas *fábricas* primam pela heterogeneidade, desde a produção de chapéus até à produção de sabão, de sebo, de ferro, de tecidos, de sola ou de olaria⁴⁶.

[MAPA N.º 5]

+ de 10% do total de ilhas registadas
+ de 5% do total de ilhas registadas



onde se concentram as «fábricas»

e Carvalho Fernandes, — *Trabalho e Habitação no Porto*

A existência de «hospitais» era também atestada, e ainda mais importante seria tal informação, se nos lembrarmos da difícil situação militar que a cidade vivia. Sabemos que os hospitais mais importantes do Porto eram o Hospital Militar, o Hospital civil da Misericórdia ou de Santo António, os Hospitais das Ordens Terceiras de S. Francisco, do Carmo e da Caridade.

A comissão sanitária criada na sequência da irrupção da *cholera morbus* na cidade criou ainda os Hospitais de S. Pedro de Alcântara (aberto a 18 de Fevereiro de 1833 e conservado aberto até ao final da epidemia) e de S. Bento⁴⁷. São, no entanto, mencionados mais três «hospitais», funcionando em casas ocupadas e derivando da situação militar vigente, nas Ruas de Cimo de Vila («hospital de entrevados»), do Reimão («hospital militar») e de Chã («hospital de convalescentes»).

É sabido que o Porto era uma cidade onde a penetração da ruralidade era visível. Hortas, pomares e quintais pontuavam a malha urbana e eram atestados pelos contemporâneos — se A. Rebelo da Costa afirma, cerca de meio século antes, a multiplicação de quintas nas vizinhanças da cidade portuense «muitas dessas quintas dilatam-se por Massarelos, Vilar e Cedofeita»⁴⁸, Luz Soriano menciona que «dentro (do Porto) existem, como em Lisboa, bastantes terras lavradas, quintas e hortas, cuja superfície poderá talvez reportar-se em um terço da extensão da cidade»⁴⁹. Foram, no entanto, recenseados 18 «quintais» e 3 «quintas», basicamente periféricos ao monte da Sé, portanto periféricos ao centro da cidade. Um início de afastamento da ruralidade que a atestada importância mínima das ocupações ligadas às actividades da agro-pecuária e da pesca no Bairro de Santa Catarina confirma.

Registam-se ainda «armazéns», símbolo de actividade económica, especialmente nas zonas da Ribeira, Batalha e Rua de Santa Catarina (respectivamente, sul, centro e nordeste do bairro aqui analisado).

5. TRABALHO, ESTRUTURA OCUPACIONAL E ESPAÇO URBANO

Não proceder a uma agregação das denominações profissionais encontradas, listando-as e reagrupando-as, agregando profissões, de modo que um qualquer quadro de profissões ganhe conteúdo sintético e riqueza informativa imediata, tornaria qualquer trabalho ilegível. Optou-se, quase inevitavelmente, por uma classificação sócio-profissional centrada em três pólos — o

⁴⁷ Bernardino A. Gomes (Filho), *Memoria sobre a epidemia de Cholera-morbus que grassou na cidade do Porto desde 1832 a 1833*, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842, pp. 31-32.

⁴⁸ Agostinho Rebelo da Costa, *Descrição historica...*, pp. 36-37.

⁴⁹ Simão J. da Luz Soriano, *História do Cerco do Porto*, Porto, A. Leite Guimarães Editor, 1890, 1.º vol., p. 561.

primário, o secundário e o terciário —, aos quais acrescentámos um quarto pólo de «rendimentos diversos indeterminados» (por exemplo, «capitalista») e um outro pólo de «profissão desconhecida» (cf. quadro n.º 2, anexos).

A questão da classificação sócio-profissional é sempre tema controverso por entre os investigadores de ciências sociais⁵⁰, até porque se torna incontornável. Poderemos optar por grupos ocupacionais mais ou menos desagregados⁵¹, mas tornar a tradicionalmente (contemporânea) tripartição de ocupações⁵² é tarefa muito difícil. Assim, optámos pela agregação de ocupações por pólos de atracção e aduzimos um ou outro factor novo.

Dispensámos, neste preciso momento, discutir aprofundadamente as vias pelas quais seguimos, já que, de uma forma ou de outra, elas foram sendo explicitadas — se não corrigidas — em trabalhos anteriores a este.

A ocupação ou profissão é geradora de rendimentos individuais e familiares e funciona geralmente como indicador da posição do indivíduo na sociedade, sendo encarada como marca oficial ou oficiosa da identidade social do mesmo, pelo menos em certas sociedades.

Apreender a ocupação dos indivíduos, mesmo que reagrupando-a, é, de certa forma, buscar entender a composição económica de um dado grupo humano; mas inevitavelmente seremos arrastados para inferir da importância social de tais indivíduos. Aprenderemos também um «espaço social»⁵³, se conseguirmos que a seguir à construção de uma categorização profissional se tente fazer um estudo dos fluxos e mobilidades dessa informação homogénea, reconstruindo assim laços individuais que ligam cada informação ao seu círculo sócio-económico.

⁵⁰ Cf., por exemplo, Paula Guilhermina de C. Fernandes, «A classificação sócio-profissional: uma questão em aberto», in revista *População e Sociedade*, Centro de Estudos da População e Família (CEPFAM), Porto, pp. 177-208, 1994, e a bibliografia aí apresentada, ou, com outras perspectivas, Nuno Madureira, «O critério antropológico: categorias ocupacionais nos lanifícios da Covilhã», in *Ler História*, Lisboa, ISCTE/JNICT, pp. 97-120, 1996. A autora tem seguido também, por meio da simpática disponibilidade de Nuno Madureira, os trabalhos em curso do Projecto Paco (Projecto para a Análise e Classificação das Ocupações), tentativa interdisciplinar de implementar uma classificação ocupacional tendo em conta o tempo histórico.

⁵¹ Estivemos atentos, por exemplo, às opções tomadas por Álvaro Ferreira da Silva para estudo em época quase análoga à nossa: *Propriedade, Família e Trabalho no «Hinterland» de Lisboa. Oeiras, 1738-1811*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, pp. 42-45. Tais opções acabam por agrupar de forma mais desagregada os grupos ocupacionais em questão do que nós optámos por fazer.

⁵² Já delineada, embora de forma ligeira, na proposta de classificação de profissões apresentada por Jacques Bertillon em 1893 ao Instituto Internacional de Estatística, em Chicago, sendo que Alen B. Fischer (1935) e Colin Clark (1940) irão aproveitar tal quadro geral, fundado na natureza das actividades, acabando por se consagrar a tripartição de profissões.

⁵³ Expressão de Maurizio Gribaudi e Alain Blum, «Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social», in *Annales. Économies. Sociétés. Civilizations*, Paris, EHESS, n.º 6, Novembro-Dezembro, Armand Colin, 1990, pp. 1365-1402.

A questão da pluriactividade surgiu de forma incontornável quando apurámos que 16% do total da população recenseada declaravam ter mais do que uma ocupação. Sendo ainda hoje uma situação laboral algo frequente em certos meios⁵⁴, a pluriactividade nasceria decerto da necessidade de diversificar os rendimentos, tentando a melhor sobrevivência possível, complementando os rendimentos da produção, eventualmente esporádica, com o exercício do comércio. Tratava-se, assim, de afastar também terceiros entre a unidade de produção e o mercado, em circuitos de trocas não completamente montados ou seguros: a oficina abria naturalmente as suas portas aos compradores. Afastava-se, assim, a dependência perniciosa de agentes comerciais, mas atrasava-se também a possibilidade de introdução de novas modalidades de produção e de trocas.

A categorização sócio-profissional efectuada apresentou-nos um Porto eminentemente urbano e comercial, com um peso relevante do comércio (23% das ocupações recenseadas). O Porto, plataforma comercial e giratória de produtos e gentes, tão típico da segunda metade do século, parece estar já aqui retratado para os anos 30 do século XIX.

As actividades ligadas ao comércio, aos transportes, aos serviços de saúde e higiene, às artes, ao ensino, à força pública, ao clero, à administração e funcionalismo e a serviços diversos (serviços de tipo doméstico ou ligados a profissões de carácter predominantemente intelectual, por exemplo), etc., representavam 38% da população recenseada (aquilo a que chamámos «pólo terciário — actividades ligadas ao comércio e serviços»).

Já as actividades ligadas à construção civil, ao vestuário, têxtil e calçado, ao trabalho de metais, à ourivesaria, ao mobiliário e madeira, às indústrias alimentícias, panificação e bebidas, à tipografia, edição e artes correlativas, à olaria, aos couros e curtumes, etc., representavam 33% da população recenseada (a que chamámos «pólo secundário — actividades ligadas ao artesanato, manufacturas e indústria»).

As actividades ligadas à agro-pecuária e pescas — o nosso «sector primário» — representavam somente 1% da população recenseada.

Se no seio das actividades comerciais se destaca o comércio ligado ao abastecimento de géneros alimentícios (4% dos indivíduos recenseados) e aquele ligado aos artigos têxteis, vestuário e calçado (3%); também no seio das actividades industriais se destaca a indústria têxtil, do vestuário e do calçado (11%). Os alfaiates e sapateiros⁵⁵ eram ocupações predominantes, seguindo-se-lhes aquelas dedicadas à ourivesaria (4% da população recenseada), ao trabalho em metal (3%) e às indústrias alimentícias (3%).

⁵⁴ Cf., por exemplo, as linhas que António Firmino da Costa dedica à questão, para a época actual, em «Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros», in *Análise Social*, vol. XXI, 87-88-89, Lisboa, ICS, 1985, pp. 735-756.

⁵⁵ 74 alfaiates, 61 sapateiros, 4 tamanqueiros.

Estas orientações industriais estão de acordo com o que se sabe da indústria portuense da primeira metade do século XIX e até meados do século: vestir e calçar as populações citadina e do *hinterland* e mercados próximos, trabalhar o metal, fabricando utensílios para uso diário ou de adorno, etc. — os inquéritos industriais estudados por Jorge Miguel Pedreira ou David Justino indiciam estas mesmas orientações⁵⁶.

Tentámos ainda uma aproximação à qualidade habitacional dos diversos grupos ocupacionais, para além de confirmarmos a cêrcea das habitações desses mesmos grupos. As conclusões passíveis de serem retiradas nesta fase e a título de exemplo estão contidas nas duas tabelas que aqui se apresentam com carácter de amostragem preliminar.

Qualidade habitacional das diversas ocupações
(escolhidas a título de exemplo, em percentagem)

[QUADRO N.º 1]

Ocupação	Classe					Total
	Sem classe	1.ª classe	2.ª classe	3.ª classe	4.ª classe	
Hortelão	—	—	—	10	90	100
Lavrador	8,33	—	—	25	66,67	100
Alfaiate	8,11	—	—	12,16	79,73	100
Sapateiro	—	—	—	4,92	95,08	100
Latoeiro	18,75	—	—	3,13	78,13	100
Funileiro	—	—	—	9,09	90,91	100
Cutileiro	—	—	—	—	100	100
Serralheiro	—	—	—	60	40	100
Ourives	2,82	—	1,41	36,62	59,15	100
Lapidário	16,67	—	—	—	83,33	100
Labrante	—	—	—	80	20	100
Marceneiro	—	—	—	29,41	70,59	100
Carpinteiro	—	—	—	27,27	72,73	100
Oleiro	—	—	—	66,67	33,33	100
Correeiro	4,76	—	—	14,29	80,95	100
Peliqueiro	—	—	—	42,86	57,14	100
Proprietário	4,64	4,64	28,27	53,59	8,86	100

PÓLO DE ACTIVIDADES LIGADAS À AGRO-PECUÁRIA E PESCAS

Os indivíduos ligados às actividades da agro-pecuária e pescas, notoriamente ocupações que escasseavam neste bairro da cidade, habitavam ruas

⁵⁶ Cf. Jorge M. Pedreira, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Difel, 1994, ou David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Ed. Vega, 1989.

periféricas ao monte da Sé (Ruas Formosa, do Reimão, de São Jerónimo, do Alecrim...) e, na sua esmagadora maioria, residiam em habitações térreas e de 4.^a classe. A distribuição espacial do *habitat* destes indivíduos mostra que este se situava normalmente nas zonas limítrofes do bairro, portanto de fácil acesso à sua base de subsistência, e esta asserção é extensível ainda ao caso dos sujeitos ligados à pesca, que se encontravam na zona ribeirinha.

Cércea das habitações das diversas ocupações
(escolhidas a título de exemplo, em percentagem)

[QUADRO N.º 2]

Ocupação	Altura dos prédios						Total
	Sem indicação da altura	Loja ou 1.º andar	2 andares	3 andares	5 andares	4 andares	
Hortelão	—	100	—	—	—	—	100
Lavrador	—	100	—	—	—	—	100
Alfaiate	—	59,46	29,73	10,81	—	—	100
Sapateiro	—	68,85	22,95	8,20	—	—	100
Latoeiro	3,13	31,25	34,38	31,25	—	—	100
Funileiro	—	36,36	54,55	9,09	—	—	100
Cutileiro	—	50	50	—	—	—	100
Serralheiro	—	100	—	—	—	—	100
Ourives	1,41	46,48	35,21	16,90	—	—	100
Lapidário	—	66,67	33,33	33,33	—	—	100
Labrante	—	60	20	20	—	—	100
Marceneiro	—	82,35	11,76	5,88	—	—	100
Carpinteiro	—	90,91	9,09	—	—	—	100
Oleiro	—	66,67	33,33	—	—	—	100
Correio	—	52,38	28,57	19,05	—	—	100
Peliqueiro	—	42,86	28,57	28,57	—	—	100
Proprietário	2,11	45,57	29,96	15,61	5,49	1,27	100

PÓLO DE ACTIVIDADES LIGADAS AO ARTESANATO, MANUFACTURAS E INDÚSTRIA

A mesma situação se vive no conjunto de indivíduos dedicados às actividades ligadas à construção civil — há uma predominância das habitações de 4.^a classe e de piso térreo. Este factor é, no entanto, mais visível nos pedreiros e trolhas do que nos pintores: neste grupo apenas 55% dos indivíduos ocupam pisos térreos, contra 80% e 90% dos indivíduos dos dois primeiros grupos. Também se nota, no seio dos pintores, uma certa concentração espacial na zona de São Lázaro (Ruas de São Vítor e do Sol).

Os alfaiates habitavam essencialmente numa das artérias do monte da Sé e na zona da Batalha: as Ruas da Ponte Nova, Chã, Cimo de Vila ou Direita são, por ordem decrescente, os locais preferenciais de implantação destes indi-

víduos. O piso térreo é o mais habitual nesta ocupação (60% dos casos), tal como a 4.^a classe habitacional (80% dos casos). Os sapateiros já apresentam uma maior dispersão pelo bairro⁵⁷, mantendo, no entanto, o mesmo padrão residencial: predominância de habitações térreas, com 4.^a classe habitacional. Tal como os tamanqueiros, soqueiros, costureiras, serigueiros (que se concentravam na zona alta do monte da Sé — Largo de São Bento ou Rua das Flores — e no seu prolongamento para leste — Rua de Santo António), chapeleiros, tintureiros, tecelões, tecedeiras, estampadores, botoeiros, fiteiros, etc.

[MAPA N.º 6]



Artérias onde se concentram as ocupações ligadas à agro-pecuária

Nas actividades ligadas ao trabalho de metais e metalurgia repete-se o padrão residencial de fraca qualidade habitacional, embora não suceda o mes-

⁵⁷ As maiores concentrações de sapateiros ocorrem na Rua Direita (16,39%), na Rua do Sol (8,20%), na Rua de Cimo de Vila (8,20%) e na Rua do Souto (6,56%).

mo no que toca à cércea da residência: se nos casos anteriores rondávamos os 80% de casos, neste conjunto de ocupações a habitação térrea ronda os 30% a 40%, sendo frequentes os casos de habitações de dois pisos. Assim sucede com os latoeiros (concentrados na Rua da Bainharia em 50% dos casos), funileiros, cutileiros (75% dos casos concentrados na Rua da Bainharia), ferreadores e ferreiros... Os serralheiros encontravam-se dispersos pela zona de Santo Ildefonso (Rua Direita) e pelo norte do Bairro de Santa Catarina (Ruas da Alegria e de Santa Catarina), ocupando, em 100% dos casos, habitações térreas, mas que, em 60% dos mesmos, revelam 3.^a classe habitacional.

[MAPA N.º 7]



Artérias onde se concentram os alfaiates e os sapateiros

Os ourives apenas revelam uma concentração de 25% dos casos na Rua Direita⁵⁸, repetindo, no entanto, a predominância de uma fraca qualidade

habitacional e de habitação de casas de piso térreo, embora as proporções se aproximem: 59% das habitações de ourives são de 4.^a classe, sendo 37% dos casos de 3.^a classe habitacional. O mesmo sucede com os cravadores ou lapidários, enquanto os labrantes apresentam 80% de casos residindo em habitações de 3.^a classe.

[MAPA N.º 8]



Artérias onde se concentram os latoeiros,
cutileiros e serralheiros

As actividades ligadas ao trabalho em madeira e mobiliário mostram o mesmo padrão, reforçado por maiores proporções de casos — entre 80% e 90% dos marceneiros, carpinteiros, entalhadores, enxambladores, fuseiros ou tanoeiros residiam em prédios de um só piso e de 4.^a classe em pelo menos 70% dos casos.

Também em residências classificadas de 4.^a classe e de piso térreo viviam preponderantemente os indivíduos dedicados às actividades ligadas às indústrias alimentícias, panificação e bebidas — padeiros (pluriactivos em 31%

dos casos), cortadores, carnicheiros, tripeiros, chicolateiros, fritadeiras, hostieiras, vinagreiros, doceiros, forneiros, etc.

As actividades ligadas à olaria encontravam-se aglomeradas na zona leste do bairro e, portanto, da cidade, sendo classificadas as suas habitações maioritariamente como de 3.^a classe.

Os indivíduos ligados à tipografia, edição e artes correlativas (impressores, abridores, encadernadores), bem como às actividades ligadas aos couros e curtumes, repetem o padrão residencial anteriormente mencionado (piso térreo, 4.^a classe habitacional), com algumas variantes.

Quanto aos correeiros, surradores, peliqueiros e curtidores de couros (actividades ligadas aos couros e curtumes), concentravam-se, os primeiros, nas Ruas dos Mercadores e Santo António⁵⁹, os segundos, nas Ruas do Souto e dos Pelames⁶⁰ e, os terceiros, na Rua do Souto⁶¹. As proporções deste último conjunto de indivíduos — ligados ao trabalho das peles —, habitando casas térreas e de 4.^a classe, rondavam os 50% a 65%.

Os fabricantes⁶², classificados em «trabalhadores indiferenciados», mostraram uma concentração de 13% na Rua do Bonfim e de 12% na Rua do Poço das Patas, atestando a feição manufactureira que a zona do Bonfim apresentava e apresentará. A pluriactividade ronda, neste grupo, os 20% de indivíduos, que se declaram, além de fabricantes, vendeiros, proprietários ou polícias.

O pólo de actividades ligadas ao artesanato, manufacturas e indústria regista, portanto, predominância de casas térreas e de 4.^a classe habitacional, excepção feita a alguns poucos casos (como o dos serralheiros ou oleiros, por exemplo). A regra geral da distribuição espacial destas actividades é a dispersão, embora se assinalem alguns casos de concentração nítida — os latoeiros, funileiros, cutileiros ou violeiros, decididamente implantados na Rua da Bainharia, os oleiros e marceneiros, preferindo a zona leste do bairro e da cidade, os espingardeiros, devotados à Rua Direita, os correeiros, concentrados nas Ruas dos Mercadores e de Santo António, ou ainda os serigueiros, preferindo as artérias do topo do monte da Sé e o seu prolongamento para leste (Rua de Santo António).

PÓLO DE ACTIVIDADES LIGADAS AO COMÉRCIO E SERVIÇOS

A abordagem ao «pólo do comércio e serviços» mostra uma tendência clara para uma melhor qualidade habitacional, sendo frequente predominar a 3.^a classe habitacional por entre eles. Também encontramos padrões de concentração espacial mais definidos do que no pólo industrial.

⁵⁹ Respectivamente, 43% dos correeiros na Rua dos Mercadores e 38% dos mesmos na Rua de Santo António.

⁶⁰ 44% dos surradores situavam-se na Rua do Souto e 33% na Rua dos Pelames.

⁶¹ 43% dos peliqueiros concentravam-se na Rua do Souto.

⁶² Em número de 87 indivíduos.

No grupo do comércio e agentes comerciais ligados ao abastecimento de géneros alimentícios, cerca de 40% a 50% dos casos registam 3.^a classe habitacional, sendo heterogénea a cêrcea das habitações (casas de pasto, de comer, contratadores de carne e de sardinhas, estalagens e estalajadeiros, fruteiros, lojas de chá, de vinhos, de carnes, etc.).

[MAPA N.º 9]



Artérias onde se concentram os negociantes, mercadores e negociantes de panos, os negociantes de peso e lojas de peso e os negociantes de sola

Quanto ao grupo de indivíduos ligados ao comércio de artigos têxteis, vestuário e calçado (mercadores e negociantes de panos, de linho, de seda, de lã; retroseiros; negociantes de sola, etc.), apresentam uma maior frequência de habitações de 3.^a classe e entre 40% e 60 % dos casos reportam-se a prédios de dois e três pisos. Há uma clara concentração espacial dos mercadores e negociantes de panos na Rua das Flores, bem como dos negociantes de sola na Rua do Souto.

O grupo de indivíduos ligados ao pequeno comércio misto local — adeleiros, boticários, botiqueiros, droguistas, livreiros, negociantes de louças, negocian-

tes de ferragens, etc. — surge sempre com, pelo menos, 50% dos casos em situação habitacional de 3.^a classe. As tendas, vendeiros e tendeiros, claramente concentrados nas zonas da Batalha (Rua Chã, Largo de Santo Ildefonso, Rua Direita) e de Santo Ildefonso, já apresentam mais de 80% dos casos relativos a prédios de piso térreo e de 4.^a classe habitacional.

Os negociantes, negociantes de peso e lojas de peso são com mais frequência associados à 2.^a classe habitacional, para além da 3.^a classe. Há uma maior concentração destes indivíduos na zona da Ribeira (Rua Nova de São João ou Praça da Ribeira), bem como nas Ruas Direita e de Santo António, ruas de negócio e de comércio que se afirmam para além do centro ribeirinho ou do monte da Sé.

As actividades ligadas aos transportes — arrais de barcos, bagageiros, barqueiros, carreteiros, etc. — apresentam a predominância da 4.^a classe habitacional, tal como acontece com as actividades ligadas ao ensino, à força pública, ao clero e funcionalismo. Excepção feita aos advogados e procuradores, em que cerca de 70% dos casos atestam a 3.^a classe habitacional, com nítida concentração espacial na Rua de Santa Catarina. Os proprietários atestam em 52% dos casos, 3.^a classe habitacional e, em 27% dos mesmos, 2.^a classe habitacional.

O pólo de actividades ligadas ao comércio e serviços tinha na Rua Direita, eixo de ligação da parte central da cidade à sua zona leste (São Lázaro, Bonfim, Fontainhas, etc.), um chamariz tanto de estalagens como de negócios, em geral. As estalagens também estão assinaladas em localização central na cidade, enquanto os botiquineiros e tendeiros tinham nas zonas da Batalha e de São Lázaro zonas de fixação preferencial.

Os negócios e negociantes de diversos produtos (panos, lãs, chás) tinham na Rua das Flores um eixo importante. Os comerciantes e negociantes de peso da cidade habitariam predominantemente a umas centenas de metros do buliçoso centro comercial e financeiro da urbe, preferindo o topo do monte da Sé à zona ribeirinha⁶³, praticando a troca nas suas casas de dupla funcionalidade residência-loja, de melhor qualidade habitacional do que a média e de altura também superior à média — as célebres «casas estreitas e altas» que caracterizam, ainda hoje, o Porto de raiz oitocentista. Negociavam panos (lãs, linhos, sedas, etc.), calçado e artigos afins (curtumes ou sola), quinquilharias.

Não obstante, também o Largo de São Bento, o Largo e Calçada do Corpo da Guarda, a Rua Nova de São João (neste caso, especialmente para os comerciantes de louças), a Rua do Souto (para os negociantes de sola) e a Praça da Ribeira eram artérias preferidas por estes profissionais.

O centro da cidade vai agregar durante mais de dois terços do século XIX estes indivíduos, pertencentes àquilo a que algo difusamente se chama «burguesia» e que os estudiosos dessa temática definem genericamente como «um grupo

⁶³ Situação verificada também para Lisboa na mesma época (cf. Nuno Madureira, *Cidade: Espaço e Quotidiano...*).

social [...] que se encontra acima dos níveis económicos de subsistência»⁶⁴. De facto, ao conferirmos a distribuição dos eleitores portuenses por freguesias nos anos de 1847, 1860 e 1880, confirmamos o peso evidente destes nas freguesias centrais — Sé, Vitória, Santo Ildefonso, São Nicolau — ao longo de toda essa época, com a única excepção da freguesia excêntrica ao centro de Cedofeita⁶⁵.

Também parece ser somente entre 1860 e 1880 (e não antes) que a transferência residencial no sentido centro-periferia destes indivíduos de posses se fará, uma vez que só entre estas duas datas diminuem os níveis de eleitores nas freguesias centrais, com aumento dos mesmos nas freguesias periféricas⁶⁶.

Se os contratadores de carne residiam nas Fontainhas, a leste, os contratadores de sardinhas sediavam-se na Rua da Lada, na zona ribeirinha.

Quanto às actividades ligadas aos transportes, fixavam-se perto do rio, na zona ribeirinha, se se tratava de transportes fluviais ou marítimos, e nas zonas mais periféricas do bairro, se se tratava de transportes terrestres.

6. ALGUMAS CONCLUSÕES

O estudo do Bairro de Santa Catarina mostra um Porto ainda muito circunscrito, em termos de actividades económicas, ao centro ribeirinho, mas onde vão surgindo eixos semiperiféricos, como é o caso da Rua Direita. As zonas da Batalha e de Santo Ildefonso eram polvilhadas de tendas, tendeiros, lojas e negócios que lhes imprimiam dinâmica económica complementar àquela vivida na zona da Ribeira e monte da Sé (repleto, também ele, de armazéns).

Desta forma o Porto de 1832-1833, para além de acumular a tripla função administrativa, residencial e de guarnição, desenhava já uma também tripla função económica dominante, como pólo de um mercado local, como pólo comercial e como pólo industrial de vocação supra-regional. Este último aspecto era já anunciado pela sua base de centro comercial tradicional e de centro artesanal no qual os operários especializados iriam jogar um papel de extrema importância.

As vantagens da sua localização e a proximidade das matérias-primas anunciavam já nesta época a futura cidade industrial.

A zona ribeirinha, autêntico centro tradicional da cidade do Porto, conhece durante este período uma transformação que é visível na extensão e diversificação das funções comerciais e porventura oficinais. Tende, portanto,

⁶⁴ Cf., por exemplo, os incontornáveis estudos de Adeline Daumard sobre o assunto, sendo esta citação retirada de Maria Antonieta Cruz, *Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século XIX* (3 vols.), dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, policopiada, 1994, vol. I, p. 85.

⁶⁵ In Maria Antonieta Cruz, *Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século XIX*, vol. I, quadro n.º 4, p. 88.

⁶⁶ Id., *ibid.*

a abrigar maior número de comerciantes e de artesãos acompanhando um surto que em consequência transforma estes quarteirões em viveiros humanos superpovoados até à saturação.

Nesta época, as classes possidentes ainda faziam deste centro comercial a sua residência, acumulando na área a residência e o trabalho, até porque ainda não tinha nascido a lenda negra da «cidade-Moloch» que levaria a burguesia portuense a buscar os ares mais sãos das zonas de Cedofeita, Paranhos, Boavista, etc., em épocas mais tardias.

Em termos de geografia urbana e de interpretação sociológica, parece-nos encontrar (salvaguardando as devidas diferenças entre o urbanismo europeu e o norte-americano) uma situação razoavelmente enquadrada nos moldes da cidade pré-industrial descrita por Gideon Sjoberg, onde a elite ocuparia o centro, estando os pobres circunscritos à periferia e ocupando a maioria da população urbana os quarteirões das áreas intersticiais⁶⁷ (embora, no caso estudado, os pobres portuenses estejam bem presentes por toda a área).

O modelo evolutivo clássico, de passagem desta situação para a urbe descrita por Ernest Burgess, onde ricos e pobres trocariam de lugares na cidade ao longo do século XIX (os ricos ocupariam a periferia, enquanto os pobres ocupariam o centro⁶⁸), parece ter vindo a ocorrer só bem dentro do último terço do século.

No entanto, o desenvolvimento urbano não se esgota nas perspectivas de processos «naturais»⁶⁹ e os desígnios humanos, interferindo centralmente na (re)organização espacial urbana, complementam necessariamente tais perspectivas. Os conceitos de «reestruturação espacial»⁷⁰ e até, de forma tímida para o nosso caso, de «movimentos sociais»⁷¹ favorecem o estabelecimento de hipóteses, no desenvolvimento urbano portuense, interessantes para explorar (e confirmar, ou refutar).

Assim, e face ao que já se vai sabendo sobre a evolução da cidade oitocentista, o centro do Porto no 2.º quartel do século XIX poderá indiciar o advento de uma mutação sócio-económica, fruto do envelhecimento das estruturas urbanas, do desenvolvimento de vias de comunicação entre a beira-

⁶⁷ G. Sjoberg, «The nature of pre-industrial city», in Peter Clark (ed.), *The Early Modern Town*, Londres, Longman, 1976.

⁶⁸ E. W. Burgess, «The growth of the city», in R. E. Park et al. (eds.), *The City*, Chicago, 1925, pp. 47-62.

⁶⁹ Defendidos pela célebre escola de Chicago, com autores conhecidos, como o referido E. Burgess, Robert E. Park, etc.

⁷⁰ Cf. David Harvey, *Consciousness and the Urban Experience: Studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization*, Oxford, Blackwell, 1985, ou *Urbanismo y Desigualdad Social*, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, Sa, 6.ª ed., 1992 (1.ª ed. em inglês: *Social Justice and the City*, Londres, Edward Arnold Publishers, Ltd., 1973).

⁷¹ Cf. Manuel Castells, *The City and the Grass Roots: a Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements*, Londres, Edward Arnold, 1983.

-rio e as partes altas da cidade (e, portanto, da progressiva mudança nos custos das acessibilidades e das proximidades), da pressão imobiliária que a cidade, em aumento demográfico (com a imigração como factor determinante), inevitavelmente sentiria. Os investimentos manufactureiros de maior vulto, as «fábricas», estariam a ser efectuados nas áreas limítrofes deste centro, arrastando consigo necessariamente e devido à precariedade então existente dos transportes urbanos grupos de trabalhadores desprivilegiados que iriam pontilhar a cidade de construções urbanas de baixa qualidade, tendo inicialmente como pólos de atracção das construções as vias de comunicação⁷².

Possa esta aproximação inicial à habitação e trabalho portuenses na primeira metade do século XIX auxiliar a análise das progressivas (re)organizações espaciais, sociais e económicas que a cidade nortenha irá viver ao longo de Oitocentos.

ANEXO
Número de «ilhas» por artéria
Bairro de Santa Catarina, 1832-1833

[QUADRO N.º 1A]

Artéria	Total de ilhas	Percentagem de ilhas por artéria	Percentagem do total de ilhas registado
Rua de São Victor	13	25,49	35,14
Rua Bela da Princesa, lado direito	5	7,04	13,51
Rua da Alegria	1	2,04	2,70
Rua de Wellesley	4	17,39	10,81
Praça da Alegria	4	13,33	10,81
Rua de São Dionísio	1	4,35	2,70
Rua do Reimão	1	3,70	2,70
Rua das Fontainhas	2	8,00	5,41
Largo da Polícia	1	8,33	2,70
Rua da Palma	1	10,00	2,70
Rua do Alecrim	1	1,82	2,70
Campo Grande	2	16,67	5,41
Corticeira	1	7,69	2,70
<i>Total</i>	37	–	100,00

Fonte: Paula Guilhermina de Carvalho Fernandes, *Trabalho e Habitação no Porto Oitocentista... (1832-1833). O Bairro de Santa Catarina durante o Cerco do Porto*, Porto, policop., dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à FLUP, 1995, p. 94.

⁷² Pereira de Oliveira menciona as Ruas do Barão de Forrester, Ramada Alta e Nove de Julho, e um pouco para lá do Carvalhido, como exemplos da influência que as vias de comunicação tiveram, neste período dos anos 30 do século XIX como pólos de atracção das construções (J. M. Pereira de Oliveira, *O Espaço Urbano do Porto...*, p. 298).

Grelha de classificação sócio-profissional
Porto, 1832/1833, Bairro de Santa Catarina

[QUADRO N.º 2A]

Grupos sócio-profissionais	Número	Percen-tagem
I. Sector primário	29	1,40
I.1) <i>Agro-pecuária</i>	28	1,35
Hortelão (10), lavrador (12), seareiro (6).		
I.2) <i>Pesca</i>	1	0,05
Pescador (1).		
	692	33,40
II. Sector secundário		
II. 1) <i>Construção civil</i>	23	1,11
Pedreiro (7), pintor (11), trolha (5)		
II. 2) <i>Vestuário, têxtil e calçado</i>	226	10,91
Alfaiate (74), botoeiro (3), chapeleiro (17), costureira (25), estampador (1) fiteiro (4), sapateiro (61), serigueiro (19), soqueiro/tamanqueiro (4), tecelão (3)/tecedeira (2), tintureiro (15).		
II. 3) <i>Trabalho em metais, metalurgia</i>	65	3,14
Soldador (ajudante de soldador da alfândega) (1), bate-folha (1), caldeireiro (1), cutileiro (4), ferrador (3), ferreiro (3), fundidor (1), funileiro (11), latoeiro (32), serralheiro (5), torneiro (3).		
II. 4) <i>Ourivesaria, joalheria</i>	88	4,25
Cravador (6), lavrante (5), lapidário (6), ourives (71).		
II. 5) <i>Madeira e mobiliário</i>	32	1,54
Carpinteiro (11), entalhador (1), enxablador (1), fuseiro, (1), marceneiro, (17), tanoeiro (1).		
II. 6) <i>Indústrias alimentícias, panificação, bebidas</i>	58	2,80
Carniceiro (1),cebeiro (1), chicolateiro, (6), cortador (14), doceiro (1), forneiro (1), fritadeira (2), hostieira (2), padeiro (26), refinador (1), torrador de café (1), tripeira (1), vinagreiro (1)		
II. 7) <i>Tipografia, edição e artes correlativas</i>	4	0,19
Abridor (1), encadernador (1), impressor (2)		
II. 8) <i>Olaria</i>	4	0,19
Barrista (1), oleiro (3).		
II. 9) <i>Couros e curtumes</i>	38	1,83
Correero (21), curtidor de couros (1), peliqueiro (7), surrador (9).		
II. 10) <i>Diversos</i>	47	2,27
Acedadeiro (6), canastreiro (1), cerieiro (6), colchoeiro (2), cordoeiro (3), dourador (2), espingardeiro (3), fogueteiro (3), relojeiro (3), santeiro/escultor (3), TABACO: apalpador do ta- baco (1), empregado no tabaco (4); violeiro (4), empregado na fábrica de pólvora (1), empregado na companhia (5).		
II.11) <i>Trabalhadores indiferenciados/não especificados</i>	107	5,16
Empregado na fábrica (1) fabricante (87), trabalhador (19).		

Grupos sócio-profissionais	Número	Percen-tagem
III. Sector terciário	795	38,37
III.1) <i>Comércio</i>	481	23,21
III.1.1) <i>Comércio ou agentes comerciais ligados ao abasteci- mento de géneros alimentícios</i>	72	3,47
Casa de comer (21), casa de pasto (6); CONTRA- TADOR: c. de carnes (4), c. de sardinha (2), estalajadeiro (8), fruteiro (2), galinheiro (2); LOJA: l. de chá (1), l. de vinhos (1), l. vinho engarrafado (1), l. de carnes (2), l. de bebidas (1), l. de molhados (2), marchante (5); NEGOCIANTE: n. de carnes (1) n. de vinhos (2); negócio de chá (1), regateira (3), saleiro (1), sardineiro (1), talho de carne (1), toucineira (1), vende pão (1).		
III.1.2) <i>Comércio ou agentes comerciais ligados aos artigos têxteis, vestuário e calçado</i>	67	3,23
Caixeiro de serigueiro (1), loja de panos (4), merca- dor de panos (40); NEGOCIANTE: n. de sola (9), n. de pano de linho (2), n. de linho (1), n. de seda (1), n. de lãs (2), n. de panos (5); retroseiro (2).		
III.1.3) <i>Comércio ou agentes comerciais ligados ao pequeno comércio misto local (miudezas, quinquilharias, pro- dutos farmacêuticos, artigos diversos)</i>	150	7,24
Adeleiro (12), boticário (1), botica (1), botiquineiro (11), capelista (3), carvoeiro (4), droguista (7), estanqueiro (3), livreiro (3), loja de aceda (2); NEGOC- CIANTE: n. de loiça (3), n. de ferragens (4); tendeiro (35), tenda (17), vendeiro (33), vendilhão (1).		
III.1.4) <i>Comércio ou agentes comerciais com áreas de activida- de diversas e/ou não directamente especificadas</i>	192	9,27
Armador (9); CAIXEIRO: caixeiro (12), c. de inglês (2), c. da companhia (2); corrector (4), loja (1), loja de peso (20), mercador (7), NEGOCIANTE: negoci- ante (106), negociante de peso (28), n. de retalho (1).		
III.2) <i>Transportes (marítimos, fluviais, terrestres)</i>	24	1,16
Arrais de barcos (3), bagageiro (3), barqueiro (2), capitão de navios (1), capitão marítimo (1), carreteiro (1), condutor do assento (1), empregado na ponte (2), guarda-barreira (2), guar- da-navios (2), mareante (2), marinheiro (2), piloto (1), portageiro (1).		
III.3) <i>Saúde e higiene</i>	41	1,98
Barbeiro (16), cirurgião (17), empregado no hospital (4), em- pregado no hospital militar (1), enfermeiro no hospital mili- tar (1), médico (2).		
III.4) <i>Artes</i>	7	0,34
Cómico (4), músico (3).		

Grupos sócio-profissionais	Número	Percen-tagem
III.5) <i>Ensino</i> Lente da academia (1), MESTRA: mestra (3), m. de meninas (4); MESTRE: m. de desenho (1), m. de latim (1), mestre-escola (8); professor de música (1).	19	0,92
III.6) <i>Força pública</i>	66	3,19
III.6.1) <i>Exército</i> Alferes (3), cabo (2), capitão (7), comissário (2), coronel (2), major (1), marechal reformado (1), oficial do depósito militar (1), sargento (1), soldados (7), voluntários (rainha, fixos) (7).	34	1,64
III.6.2) <i>Marinha</i> Empregado na secretaria da Marinha (1), oficial da secretaria da Marinha (1), sargento-ajudante da Marinha (1).	3	0,14
III.6.3) <i>Polícia</i> Alferes (1), ajudante do comissário (2), cabo (18), comissário (4), sargento (2), soldado (2).	29	1,40
III.7) <i>Clero</i> Abade de Santo Ildefonso (1), arcediago (1), cônego do evangelista (1), padre (18); RELIGIOSO/A: religiosa beneditina (1), religioso Agostinho (1), religioso de Santo António (1); vigário geral (1).	25	1,21
III.8) <i>Empregados da administração e serviços (funcionalismo)</i> . . Administrador dos lampiões (1), alcaide da cidade (1); ALFÂNDEGA: empregado na alf. (7), guarda da alf (3), feitor da alf. (1), ex-escrivão da alf. (1); ASSENTO: empregado no assento (12), comissário no assento (1); contador de orfãos (1), contínuo da secretaria da Fazenda (1); CORREIO: oficial do corr. (1), empregado no corr. (2); empregado na Casa Pia (2), empregado na Contadoria (1), empregado na justiça (1), empregado na tesouraria (1), empregado no Arsenal (2), empregado no comissariado (2), empregado no tesouro público (1); ESCRIVÃO: escrivão (1), e. da Coroa (1), e. do depósito (1), e. do geral (3), e. da Chancelaria (1), e. da comarca (1), e. da vara dos órfãos (1), e. do crime (1); ex-escrivão da Provedoria (1), guarda dos calcetas (1), juiz (1); MEIRINHO: m. da fazenda (1), m. de Campanhã (1), m. da Chancelaria (1); medidor (2), oficial aferidor (1), oficial da câmara (1), oficial da relação (1), vedor das águas públicas (1).	62	2,99
III.9) <i>Serviços diversos</i>	70	3,38
III.9.1) <i>Criados e serventes</i> Criado de servir (3), servente na caridade (1).	4	0,19
III.9.2) <i>Outros serviços de tipo doméstico</i> Brunideira (1), cozinheiro (2), lavandeira (4).	7	0,34

Grupos sócio-profissionais	Número	Percentagem
III.9.3) <i>Serviços ligados a profissões de carácter predominantemente intelectual</i> Advogado (9), doutor em leis (1), doutor (1) escrevente (4), guarda-livros (1), procurador (12), solicitador (3), tabelião (2).	33	1,59
III.9.4) <i>Serviços ligados à igreja</i> Compainha da igreja (1), escrivão de eclesiástico (3), fabriqueiro da Sé (1), sacristão (1)	6	0,29
III.9.5) <i>Outros serviços de cariz diversificado</i> Arrecadador (3); BANCO: empregado no banco (1), administrador do banco (1); cabeleireiro (3), cambista (3), empregado na Santa Casa (1), empregado na Academia da Graça (1), encarregado de abastecimento do Exército (2), feitor dos depósitos da companhia (1), guarda da Conferência (1), guarda das fontainhas (1); TEATRO: porteiro no teatro (1), ponto no teatro (1),	20	0,97
IV. Diversos indeterminados Capitalista (1), proprietário (25), «vive da sua agência» (4), «vive dos seus bens» (2).	264	12,74
V. Profissão desconhecida. Homens (108), mulheres (184)	292	14,09
Totais	2 072	100
<i>Pluriactivos declarados</i> (apresentando duas ocupações/profissões) .	332/2 = = 166	16,02
Totais corrigidos (contagem apenas do número de indivíduos realmente registados, e não das profissões apresentadas)	1 906	–

Fonte: Paula Guilhermina de Carvalho Fernandes, *Trabalho e Habitação no Porto Oitocentista...*, pp. 128-132.